

## ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, **com o objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de outubro/2021, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em outubro, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência outubro/2021 (cujo vencimento se dará em 11 de novembro de 2021), considerando que valores serão transferidos para o pagamento das despesas administrativas, e do pagamento nº 10 parcela do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários – Acordo CADPREV Nº 0096/2021, em função da aprovação da Lei nº 1.160 de 15 de dezembro de 2020 e alteração trazida pela Lei nº 1.167 de 13 de janeiro de 2021, que autoriza o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias patronais devidas e não repassadas pelo Município de Santa Albertina ao IPRESA, das competências março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020 e 13º salário/2020 em até 60 (sessenta) parcelas mensais, apresentação dos relatórios ALM, reforçar a necessidade de Certificação CPA-10 dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, e parte da Diretoria Executiva e também apresentar Edital de Credenciamento das Instituições Financeiras.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfredato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sirlene Branício Latorre, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfredato Cassim, Silmara Porto Penariol e Taize Gavioli da Silveira Gonçalves, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruzza Poliseli, Osmar Games Martins, Sirlene Branício Latorre, Carlos César de Oliveira e Edson Pinheiro e do **Conselho Fiscal**: Eliana Pereira Chumilhas, Gislaíne Fernandes da Silva e Sônia Aparecida Fiorilli. Dando início, conforme observamos, o mês de outubro foi de relativos ganhos nas bolsas globais, marcado por indicadores econômicos relevantes, mostrando recuperação em relação a pandemia e o avanço da vacinação. Por aqui, o mercado nacional segue patinando, estando no campo negativo no mês de outubro e no ano de 2021, sendo impactado pelo cenário macroeconômico, englobando o quadro fiscal deteriorado, as questões políticas e a inflação persistente. Em relação aos dados de inflação, o IPCA relatou alta de 1,16% em setembro de acordo com o IBGE, embora muito elevado, veio abaixo das expectativas do mercado para o mês, com isso o IPCA acumulado em 12 meses, supera os 10%, mas grande parte dos agentes econômicos começam a visualizar uma trajetória mais comportada para o índice. Ao longo do mês, em fala de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, explanou o quadro atual do Brasil, que pode ser resumido em desafiador, devido ao cenário fiscal deteriorado e cenário externo menos favorável, acarretando em pressão no câmbio, impactando a inflação, resultando em mais juros e menos crescimento. Campo Neto também descartou a possibilidade de alteração na meta de inflação para os próximos anos, dizendo que a taxa de juros chegará ao patamar necessário para converter a inflação ao centro da meta em 2022. Um dos pontos de destaque na segunda semana do mês, foi que a câmara concluiu a votação do projeto de lei que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis, que agora deve seguir para o senado e possivelmente encontrará mais resistência. Em relação a taxa de câmbio, que ficou próxima a máxima durante o mês, fez com que o Banco Central realizasse leilões extraordinários de swaps cambiais para derrubar o dólar das máximas e trazer ele próximo a R\$ 5,50. Essa piora no quadro cambial reflete os riscos domésticos e também a piora do fluxo cambial, devido à possível normalização da política monetária norte americana, e o

tapering que se aproxima. O mês foi marcado por alta volatilidade no cenário econômico doméstico, o Ibovespa registrou uma baixa acumulada de 6,74%, sendo o pior resultado mensal de 2021. Esse impacto ocorreu após o ministro de Economia Paulo Guedes admitir a flexibilização do teto de gastos, destinando os recursos do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil. Além disso, no decorrer do mês houve rumores por parte da associação dos caminhoneiros estabelecendo uma greve prevista para dia 1º de novembro. Em uma tentativa de acalmar os ânimos da classe, o presidente Bolsonaro propôs o Auxílio Diesel no valor de R\$400,00 que pretende atingir cerca de 750 mil caminhoneiros. Em paralelo, a PEC dos Precatórios sofreu alteração no período de ajuste do teto de gastos a partir do IPCA. Atualmente, o reajuste ocorre com base na inflação acumulada de julho do ano anterior até junho do ano vigente. Com a proposta o reajuste ocorrerá no ano calendário (janeiro a dezembro), liberando R\$35 bilhões de gastos para o governo. Tais fatores geram preocupação com o teto de gastos e traz o recado ao mercado de uma irresponsabilidade fiscal por parte do governo.

**INTERNACIONAL** Quanto ao mercado global, o mês ainda trouxe em seu radar a preocupação quanto ao quadro fiscal da incorporadora chinesa Evergrande, durante a primeira semana do mês, a tensão também ficou voltada para a crise energética da China e seu reflexo na atividade econômica. Já nos Estados Unidos, o principal ponto de atenção continua sendo a redução dos estímulos monetários. No mercado internacional, a inflação global segue sendo o principal tema, juntamente com a condução da política monetária. Nos Estados Unidos tivemos a divulgação dos dados de trabalho no setor privado (ADP) que veio acima do esperado. Tivemos também, o embate entre republicanos e democratas, em relação a necessidade da elevação do teto de gastos do setor público, gerando bastante volatilidade na semana, mas que ao final dela, foi resolvido. Em reunião do FMI (Fundo Monetário Internacional), o fundo se mostrou alerta em relação a inflação global e minimizou o quadro de estagflação, que pode ser explicado por uma inflação ascendente com crescimento estagnado. Com isso o mercado chega ao consenso e reforça o alerta em relação a inflação global, devido aos gargalos da cadeia de produção, a crise energética e o barril de petróleo a US\$ 80, contribuindo ainda mais para esse avanço inflacionário. Os dados de crescimento da China cresceram um pouco abaixo do esperado pelo mercado registrando 4,9%, tendo em vista a crise energética que o país enfrenta além do agravamento dos problemas de dívida no setor imobiliário. Já nos Estados Unidos, a atenção continua voltada para a redução dos estímulos monetários.

**MERCADO DE RENDA FIXA E VARIÁVEL (INTERNACIONAL)** No mercado internacional de renda fixa, a volatilidade nos preços manteve-se alta mesmo com o FED prometendo manter o juro próximo de zero, e anunciar que assim deverá permanecer por um tempo suficientemente prolongado enquanto a economia doméstica não se consolidar no terreno do crescimento. Outro ponto é o sentimento de que o Tapering vem por aí, já que Powell reiterou em suas falas que FED está perto de alcançar critérios para iniciar redução de estímulos. O que preocupa ainda é a aceleração da inflação, sendo refletida na alta das Treasuries, em resposta as expectativas dos investidores de que a inflação se desequilibre e se torne uma ameaça direta para a economia americana. No mês, se tratando de renda variável, o DAX avançou 2,81%, Dow Jones 7,72%, EURO Stoxx 50 5,00%, Nasdaq avançou 7,27%, Nikkei 255 recuou (1,90%) e S&P500 6,91%.

**ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA (NACIONAL)** De acordo com os dados divulgados em outubro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego caiu novamente e agora está em 13,2% no último trimestre analisado, porém a falta de trabalho ainda atinge 13,7 milhões de brasileiros. Apesar da queda do desemprego, a informalidade cresceu e o rendimento real dos brasileiros teve uma queda histórica. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.489 no último trimestre encerrado em agosto – o que corresponde a uma redução de 4,3% em 3 meses e de 10,2% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Esse resultado sinaliza uma corrosão da renda proveniente no trabalho em um ambiente de inflação nas alturas. Segundo o IBGE, "foram as maiores quedas percentuais da série histórica", iniciada em 2012, em ambas as comparações. Com essa queda nos rendimentos, concluímos que, embora haja um maior número de pessoas ocupadas, essa população ocupada está sendo remunerada com rendimentos menores.

**SETOR PÚBLICO** De janeiro a outubro de 2021, o superávit acumulado

somou US\$ 58,6 bilhões, segundo dados do Ministério da Economia. O valor é recorde para o período referente aos dez primeiros meses do ano, conforme a série histórica iniciada em 1989. Em relação ao superávit registrado no mesmo período em 2020, houve aumento de 29,6% na média diária. No ano passado, de janeiro a outubro o superávit havia sido de US\$ 45,2 bilhões. Também nos dez primeiros meses do ano, o volume de exportações e importações em 2021 foi superior ao registrado em 2020. No acumulado do ano em 2021, as exportações somaram US\$ 235,9 bilhões. Por outro lado, as importações atingiram US\$ 177,3 bilhões. Na média diária, as exportações cresceram 36% em relação a 2020 e as importações, 38,3%. A projeção do ministério é que o saldo da balança comercial encerre o ano de 2021 por volta dos US\$ 70,9 bilhões.

**INFLAÇÃO** O IPCA, índice oficial de inflação do Brasil, acelerou 1,25% em outubro, sendo a maior alta para o mês desde 2002. O preço da gasolina foi um dos principais responsáveis, com aumento de 3,10% no mês, totalizando 42,72% no período de 12 meses. Já a energia elétrica sofreu com alta de 1,16% e 3,67% do botijão de gás. Com isso, a inflação acumula alta de 8,24% em 2021 e alta de 10,67% nos últimos 12 meses, dessa maneira, bem acima da meta do Banco Central no começo do ano (3,75% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual). O INPC acelerou 1,16% em outubro, apresentando queda em comparação com o mês de agosto. Como resultado, o índice acumula alta de 8,45% em 2021 e de 11,08% em 12 meses.

**CÂMBIO E SETOR EXTERNO** O dólar fechou com alta de 3,71% em outubro, com valorização acumulada de 8,82% em 2021 frente ao real. Durante o mês, os fatores para a desvalorização da moeda nacional foram externos e internos. Externamente, o dólar subiu diante as principais moedas do mundo, pois o banco central dos EUA (Fed) está dando sinais de que irá diminuir as compras de títulos mais cedo do que era esperado, o que impacta no aumento das taxas de juros de curto prazo.

0,89%	0,95%	1,46%	0,27%	0,82%	0,86%	0,38%	0,96%	0,60%	1,02%	0,88%	1,20%	1,16%	0,00%
0,20%	0,40%	0,60%	0,80%	1,00%	1,20%	1,40%	1,60%	INPC - Inflação mês a mês.					

O cenário econômico brasileiro está passando por um momento de muitas incertezas ocasionadas pelo aumento da inflação e pelas ameaças dos governantes de derrubar o teto dos gastos. Sendo assim, grande parte dos investidores estrangeiros preferem não se arriscar ao se expor na economia brasileira, o que gera aumento do dólar e queda da bolsa de valores.

**BOLETIM RENDA FIXA ANBIMA** Em outubro, o destaque foi a desvalorização de 1,31% da carteira dos títulos públicos em mercado (IMAGeral). O anúncio da proposta que altera o teto de gastos se mostrou suficiente para gerar incertezas fiscais e derrubou os preços desses ativos, sobretudo aqueles de longo prazo. O subíndice IMA-B5+, que reflete o comportamento dos títulos indexados à inflação e com prazo acima de cinco anos, apresentou perda de 3,87% no mês, o que reduziu ainda mais seu rendimento em 2021, que saiu de -6,63% em setembro para -10,25% em outubro. Em direção semelhante, o IRFM1+, que representa os títulos pré-fixados de prazo acima de um ano, exibiu variação de -3,44% e -9,10%, mês e ano, respectivamente. Os títulos indexados à taxa Selic diária mantêm trajetória de valorização, reforçada agora com a sinalização do COPOM (Comitê de Política Monetária) de que o aperto monetário será ainda mais contracionista.

**PERSPECTIVA** Para o próximo mês, deverá ser observado o avanço da pandemia na Europa, a desaceleração da China e os balanços das empresas. Quanto as expectativas com relação ao Brasil, passa por um processo de imunização mais eficiente. Teremos que acompanhar as decisões dos Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar

desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Segue ainda a recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes devem ser resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não é recomendando o aporte no segmento. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de outubro/2021** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em outubro de 2021, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010**, expedida pelo Banco Central do Brasil, e suas alterações posteriores. Foi observado que no mês de maio/2021, mesmo com os esforços com a diversificação da carteira e metodologia de mitigação de riscos, a meta atuarial não foi atingida, sendo que o retorno do mês foi de -1,46% contra 1,68% da meta. O **Relatório foi avaliado e aprovado**, tendo sido considerada a deterioração do quadro fiscal, os desgastes políticos, o grave endividamento e teto de gastos, aliado a preocupação com a inflação e todos os desdobramentos da pandemia no Brasil, os quais seguem sendo os principais motivos para a alta volatilidade no mercado, trazendo também incertezas aos investidores em relação ao avanço da pandemia **Seguindo, foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência outubro/2021 (cujo vencimento se dará em 11 de novembro de 2021), e da parcela nº 010 do parcelamento aprovado pela Lei nº 1.160 de 15 de dezembro de 2020 e alteração trazida pela Lei nº 1.167 de 13 de janeiro de 2021**. Avaliando o cenário, ficou decidido por unanimidade que os valores decorrentes do acima descrito serão utilizados para fins de transferência para conta corrente onde são efetuados os pagamentos das despesas administrativas e o restante deverá ser aplicado no fundo **SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA**, tendo-se em vista o comportamento do mercado financeiro, cuja análise recomendou investimentos neste fundo, haja vista ser uma estratégia que busca proteger a carteira de investimentos contra oscilações bruscas no preço dos ativos, em ambiente de aversão a risco de mercado, tendo em vista que o objetivo do fundo busca superar o IPCA no longo prazo, estando o referido fundo apto para receber investimentos do IPRESA, considerando também que os benefícios previdenciários do Instituto são pagos com o resgate dos valores desse fundo, portanto necessário alocar valores no mesmo, o qual conforme já comentado acima, é considerado um investimento de baixa volatilidade e que também está devidamente credenciado. Seguindo foi apresentado os **relatórios do ALM**, relativo ao mês de maio de 2021, onde a aplicação do Estudo ALM fica prejudicada, tendo em vista o cenário desfavorável, onde resgates efetuados para novos investimentos podem ensejar perdas, cujo cenário exige adoção de cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias, uma vez que tomar decisões precipitadas enseja realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Finalizando, foi **reafirmada a necessidade de Certificação CPA-10 dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, e parte da Diretoria Executiva. Finalmente foi apresentado Edital de Credenciamento das Instituições Financeiras para avaliação, o qual deverá ser analisado, cujo texto retornará para avaliação**

**na próxima reunião.** Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 03 de dezembro de 2021, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 09 de novembro de 2021.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sirlene Branício Latorre: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Poliseli: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Sirlene Branício Latorre: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Edson Pinheiro: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Eliana Pereira Chumilhas: \_\_\_\_\_

Gislaine Fernandes da Silva: \_\_\_\_\_

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Taize Gavioli da Silveira Gonçalves: \_\_\_\_\_